



ELQ



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XIV - N.º 164

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário - Março - 1988 - 30\$00



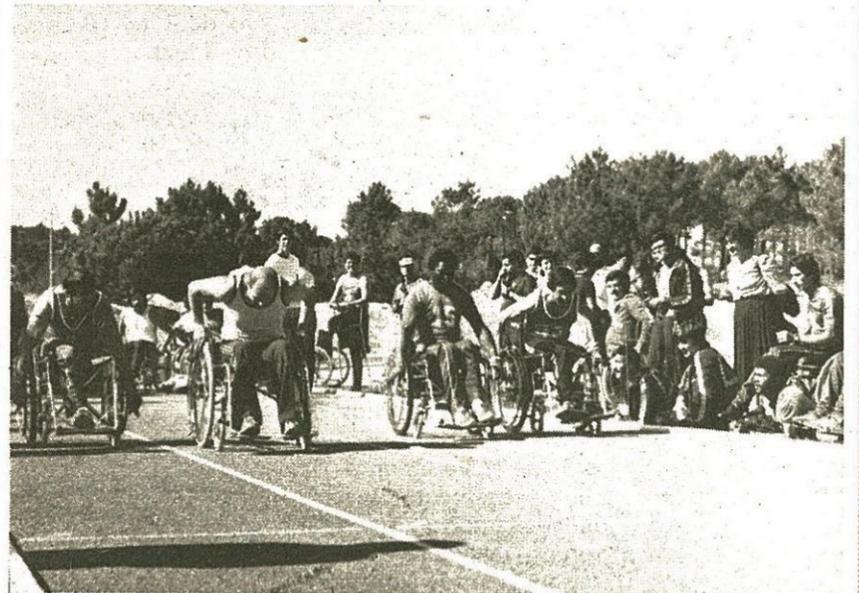
**Entrevista
com
Guedes
da
Fonte
da
Comissão
Organizadora
e
Regulamento**

O III Congresso da ADFA vai realizar-se nos dias 14 e 15 de Janeiro de 1989. Esse será porém apenas o culminar de um intenso debate a nível nacional já iniciado

Páginas centrais

**O III CONGRESSO
JÁ COMEÇOU**

**Núcleo de Peniche
organiza
II Grande Prémio
de Desporto
para Deficientes**



Política Nacional de Reabilitação

**Definidas as filosofias
a hora é
de medidas práticas**

(Pág. 5)

Estatuto da Aposentação

**O Estado
não pode continuar
a dar
maus exemplos
ao
País**

(Pág. 2)

V Conferência Internacional sobre Legislação

**Rehabilitation International apoia
propostas da ADFA**

Assembleias Gerais Nacionais na Sede em 16 de Abril

Extraordinária | Sobre os Estatutos
da Associação - às 10h30

Ordinária | para apresentação
de Relatório e Contas
às 14h00
Convocatórias na pág. 7



— PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 39, de 17 de Fevereiro de 1988.

— Visa permitir a particulares a apresentação de fotocópias de documentos originais para a instrução de processos administrativos, desde que conferidas como original pelo funcionário que os receba.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 49/88, de 17 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª série, n.º 39, de 17 de Fevereiro de 1988.

— Introduz ajustamentos na estrutura orgânica na Direcção das Alfândegas.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Despacho Normativo n.º 7/88, de 17 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 39, de 17 de Fevereiro de 1988.

— Determina que os impressos anexos ao Decreto-Lei n.º 295/87, de 31 de Julho, passam a ser substituídos por outros

modelos próprios das empresas que os submetam a prévia autorização Ministerial.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-lei n.º 52/88, de 19 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, Suplemento, n.º 41 de 19 de Fevereiro de 1988.

— Introduz alterações na disciplina Jurídica das Contribuições devidas à Segurança Social e particularmente no processo de regularização das dívidas vencidas e não pagas.

— PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Decreto-Lei n.º 55/88, de 26 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 47, de 26 de Fevereiro de 1988.

— Dispensa as exigências do reconhecimento notarial da assinatura dos Delegados de Saúde em duplicados autênticos a apresentar em actos eleitorais.

— MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 56/88, de 26 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 47, de 26 de Fevereiro de 1988.

— Dá nova redacção à norma 1.ª do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 119/85, de 22 de Abril (atribuição de ajudas de custo no território Nacional em deslocções para além de 90 dias).

— MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

• Decreto-Lei n.º 62/88, de 27 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª Série, n.º 48, de 27 de Fevereiro de 1988.

— Determina o uso da língua portuguesa nas informações ou instruções respeitantes a características, instalações, serviço ou utilização, montagem, manutenção, armazenagem e transporte que acompanham as máquinas e outros utensílios de uso industrial ou Laboratorial.

— MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto regulamentar n.º 7/88 de 29 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», 1.ª série, n.º 49 de 29 de Fevereiro de 1988.

— Introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963 (Pensões de Invalidez).

Agenda

• Reunião de ex-dirigentes da ADFA

Todos os sócios que fizeram parte dos órgãos sociais centrais e da comissão ad-hoc constituída aquando da fundação da ADFA foram convidados para uma reunião, a realizar em 26 de Março a 14 horas na sede, com a finalidade de debater a preparação do III Congresso.

Segundo a DC, da qual partiu a iniciativa, a finalidade deste encontro é «reunir todos os que tiveram responsabilidades na condução da Casa com vista a despertar o empenhamento dos sócios» na preparação do grande fórum.

• ADFA defende especialização de jornalistas

A dificuldade das organizações de deficientes em entrar no mundo da Comunicação Social — apesar dos progressos recentes a que vamos assistindo aqui e ali — continua a ser um facto.

São muitas as razões para que tal sucede: a falta de preparação da sociedade e dos responsáveis pelos órgãos de Comunicação Social para aceitar as pessoas com deficiência como grupo com direito a intervir activamente na sociedade, o preconceito arraigado de que a temática da deficiência «choca as pessoas» são apenas algumas das razões.

Porém, mesmo quando esses preconceitos são ultrapassados, verifica-se muitas vezes que — devido ao peso de anos e anos em que a deficiência foi tabu — mesmo os jornalistas com vontade de contrariar a regra vigente não dispõem de dados de base suficiente, para produzir informação completa sobre o assunto.

Facto bem frequente na informação sobre as pessoas com deficiências em Portugal é o uso de terminologias estigmatizadoras de há muito banidas do vocabulário das organizações internacionais.

Sendo este um dos temas em debate no SNR que o documento «Contributo para uma política nacional de reabilitação» aponta claramente como prioridade, a ADFA tem vindo a defender no Secretariado a necessidade de formação de jornalistas especializados nesta área através da inclusão de disciplinas específicas nos cursos das Escolas de Comunicação Social.

• Tabela Nacional de Incapacidades

A Tabela Nacional de Incapacidades, em vigor há mais de 20 anos, vai ser revista, para o que foi constituído um grupo de trabalho a funcionar sob orientação da Secretaria de Estado da Segurança Social e que integra representantes do SNR, que produziu já um documento com carácter reservado contendo as suas propostas de nova regulamentação da matéria.

Esse documento, que tipifica as percentagens de desvalorização a atribuir às diversas deficiências e regula a atribuição de compensações em todos os casos de acidentes de trabalho, doenças profissionais e, por extensão, em deficiências contraídas durante a prestação do serviço militar, é de fundamental importância na definição das indemnizações.

Sucedendo que a tabela em vigor não contempla alguns tipos de deficiência — como as do foro psíquico — espera-se que a nova regulamentação venha pôr termo a algumas situações de injustiça resultantes da sua manifesta desactualização.

A ADFA considera que esta revisão, que de há muito se impunha, poderá e deverá concorrer para a resolução de alguns dos problemas que actualmente se colocam a certos deficientes das Forças Armadas, razão por que se aguarda a divulgação do novo normativo com especial atenção.

O SNR está neste momento a proceder a uma recolha de opiniões sobre o assunto e, no dia da saída desta edição do ELO, elementos da Direcção Central vão ao SNR para obter informações sobre este processo.

• Director dos Serviços de Saúde visitará CRFP

O director dos Serviços de Saúde do Exército, brigadeiro António Pinheiro, concedeu uma audiência à ADFA durante a qual lhe foi entregue um memorando sobre o funcionamento da consulta de Fisioterapia do Hospital Militar Principal e feito um convite para visitar a nossa delegação do Porto e o seu Centro de Reabilitação e Formação Profissional.

Os contactos da DC com os Serviços de Saúde prosseguem igualmente, estando prevista a realização de nova reunião dentro de dias.

Estatuto da Aposentação: SNR vai criar grupo de trabalho

O SNR aceitou a proposta da ADFA no sentido de criar um grupo de trabalho para estudo da revisão do Estatuto da Aposentação, segundo informações de última hora prestadas à Direcção Central.

O actual Estatuto da Aposentação regula a passagem à reforma de milhares de portugueses e, encontrando-se a vigorar há 15 anos, é patente a sua desactualização, nomeadamente no que respeita a acidentados do trabalho e pessoas com deficiências.

É de todos sabido que o actual Estatuto impõe em muitos casos a opção en-

tre o recebimento de uma pensão de reforma a que o beneficiário ganhou direito através de anos de descontos, e a continuação do recebimento de uma pensão com carácter indemnizatório a que tem direito devido a doenças ou deficiências contraídas ao serviço do Estado.

A situação não afecta só os deficientes das Forças Armadas. Em idênticas circunstâncias se encontram os funcionários do Estado que sofram um acidente e, por isso, passem a receber pensão de invalidez se voltarem a trabalhar para o Estado.

Sendo a Administração Pública o maior empregador

português, não é admissível que continue a dar maus exemplos desta natureza: a situação do trabalhador que sofreu um acidente e por isso recebe uma pensão — normalmente insignificante — em nada é comparável à do reformado por limite de idade. Se o trabalhador sofreu um dano no exercício das suas funções, tem direito a uma indemnização e quando essa indemnização lhe não chega para viver é óbvio que terá que voltar ao trabalho. Porque lhe será então negada a reforma, nas mesmas condições de qualquer outro trabalhador?



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

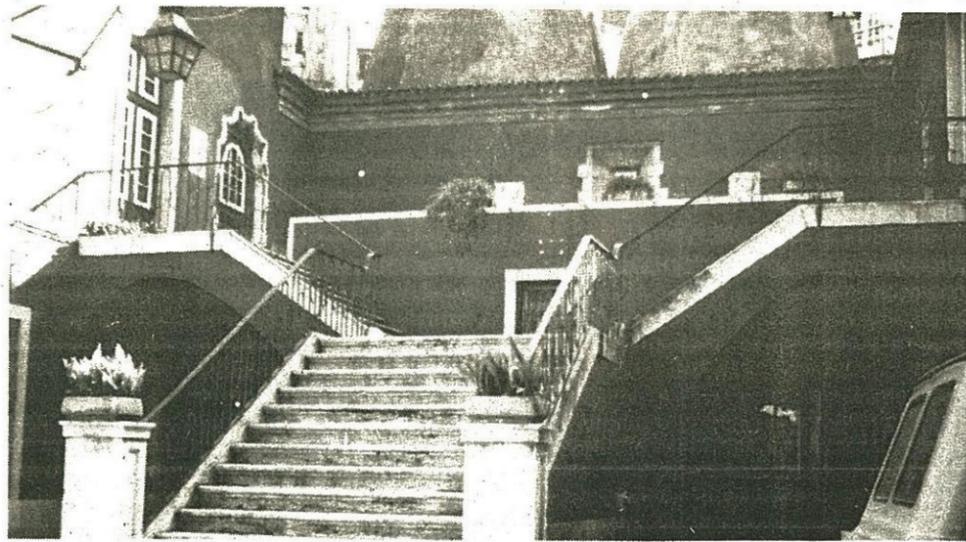
Corpo Redactorial:
Abel Fortuna, Armindo Roque, Cid dos Santos, Jerónimo de Sousa, José Maia, Paula Fevereiro e Vitorino Martins

III CONGRESSO DA ADFA

A subcomissão de Lisboa para a preparação dos trabalhos do III Congresso da ADFA convida os associados a participar numa reunião no dia 9 de Abril pelas 14H30, na Sede. Os sócios interessados em

obter qualquer esclarecimento a respeito dos trabalhos preparatórios do Congresso poderão dirigir-se ao Gabinete dos Órgãos sociais que lhes prestará todas as informações.

Reunião de Sócios



Sede: contactos com a CML

A vereadora da Câmara Municipal de Lisboa Ana Sara Brito esteve presente numa reunião recentemente realizada na Sede, em que foi feito o ponto à situação do processo tendente à cedência pela CML do terreno para edificação da futura sede da ADFA.

Verifica-se existir um real empenhamento dos responsáveis camarários, nomeadamente os principais envolvidos, o presidente Krus Abecasis, a vereadora Ana Sara Brito e o chefe dos Serviços de Urbanização, dr. Elísio Diniz, em conseguir uma resolução rápida do assunto. Há no entanto que ponderar devidamente todas as implicações das hipóteses no tocante a áreas disponíveis, localização e transportes, para que a solução final seja a mais adequada.

Estão neste momento a ser estudadas várias possibilidades, mas aguarda-se que a todo o momento a Câmara Municipal de Lisboa possa dar conta das suas conclusões e de quais as alternativas possíveis.

A partir de 1 de Abril Portaria entregue a empresa de segurança

A partir do dia 1 de Abril, a portaria do Palácio da Independência passa a ser da responsabilidade da Sociedade Histórica

da Independência de Portugal, que contratou uma empresa de segurança para a realização desse trabalho.

Tal como temos vindo a noticiar esta alteração resultante da Portaria do Ministério da Defesa Nacional que estabelece o princípio de construção de uma nova sede para a ADFA não implica qualquer restrição no acesso dos sócios aos serviços e actividades da Associação.

Também a partir da mesma data, nos mastros da frontaria do edifício, quando for içada a Bandeira Nacional serão igualmente içadas as da ADFA e da SHIP, uma de cada lado do símbolo nacional.

General Altino de Magalhães visitou instalações da ADFA

O general Altino de Magalhães presidente da Liga dos Combatentes, visitou a sede central da ADFA em final de Fevereiro — tal como noticiámos já no último número do ELO — acompanhado pelo vice-presidente daquela instituição, contra-almirante Álvaro Cardoso.

Após vários anos que a duas organizações, cujo objectivo último só poderá ser a dignificação dos ex-combatentes, viveram de costas voltadas uma para a outra, enceta-se assim um período de diálogo fundado no respeito recíproco pelas características de cada uma das instituições.

Esta visita surge na sequência do encontro entre responsáveis das duas associações no âmbito da Comissão Pró Monumento aos Combatentes do Ultramar, em que a ADFA participa por decisão do Conselho Nacional de 24 de Outubro, com a perspectiva de promover a dignificação do ex-combatente e a exaltação dos valores da Paz, tal como resulta dos nossos Estatutos e do entendimento comum às organizações membro das Federação Mundial de Antigos Combatentes.

A visita e a troca de impressões a que deu lugar foram frutuozas, tendo sido decidido que entre a Liga e a ADFA passe a haver uma troca de informações mais re-

gular e se procure abrir caminhos a possíveis formas de cooperação.

O general Altino de Magalhães e o contra-almirante Álvaro Cardoso foram informados sobre o passado e o presente da ADFA e os seus projectos para o futuro, verificando-se a convergência de opiniões em várias matérias vitais, como a congratulação pelo facto de a Lei de Bases do Ministério da Defesa Nacional contemplar a existência de um organismo militar para a reabilitação — medida com a qual a ADFA e a Liga estão inteiramente de acordo considerando que os problemas dos deficientes das Forças Armadas e dos ex-combatentes em geral têm que ser equacionados ao mais alto nível.

Os nossos visitantes tiveram ainda ocasião de tomar conhecimento dos projectos de reabilitação e Formação Profissional da ADFA e das nossas posições a respeito do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, pois desejando-se que o futuro estatuto dessa instituição corpo-

rize um lar moderno, natural e desejável será que a ADFA e a Liga, e bem assim os Serviços Sociais das Forças Armadas, tenham um palavra a dizer na sua elaboração.

A V Conferência Internacional sobre Legislação foi também tema de debate informal, tendo o general Altino de Magalhães considerado que a participação portuguesa na FMAC «Está bem entregue à ADFA».

Os elementos da Direcção e responsáveis pelos serviços que acompanharam os visitantes traçaram ainda uma panorâmica dos serviços da Associação no seu todo, com especial destaque para o Centro de Reabilitação e Formação Profissional e a Tipografia Escola da ADFA, pois a Liga dos Combatentes também possui uma tipografia e, dados os resultados positivos da ADFA nos domínios da gestão e da integração social dos deficientes que lá trabalham, admite-se que o intercâmbio de experiências possa vir a revelar-se da máxima utilidade.

Os responsáveis pela Liga dos Combatentes acederam ainda ao convite que lhes foi feito para estarem presentes no nosso III Congresso.

Estamos a cumprir

Executado um quarto do mandato que os sócios lhe confiaram no último acto eleitoral impõe-se à D.C. uma paragem para reflexão e avaliação do trabalho desenvolvido.

Reconhece-se que foi necessária alguma arte e habilidade para correcção da trajectória que a ADFA vinha percorrendo.

Assim, não nos parecendo imodéstia, foi possível franquear quase todas as portas de ligação externa da Associação.

Existe um relacionamento que poderá considerar-se excelente com o Ministério da Defesa, com as altas chefias militares e com todo o sector de saúde militar, designadamente o do Exército.

Fazer ouvir a voz da ADFA

Volta a ter neste momento, a ADFA, com a participação nos diversos grupos de trabalho, uma voz reconhecida como competente e dinâmica no Secretariado Nacional de Reabilitação.

Reabriram-se e reincentivaram-se diálogos com organizações com as quais a D.C. entende manter bom relacionamento, designadamente a Cruz Vermelha Portuguesa e a Liga dos Combatentes.

No que à Sede respeita, durante estes seis meses, foi possível alterar a disposição de todos os dados obtidos aquando da nossa tomada de posse. Em face de um levantamento sério efectuado à Vivenda do Restelo, proposta como Sede alternativa ao Palácio da Independência, realizado por técnicos nossos associados, a D.C., mandatada pelo Conselho Nacional de 24 de Outubro, conseguiu sensibilizar o secretário de Estado da Defesa Nacional para a falta de condições daquela e propôr para apreciação a hipótese muito menos dispendiosa de construção de uma Sede de raiz, na qual não existissem barreiras arquitecturais à comunicação entre os diferentes espaços.

Contando com a anuência da secretaria de Estado, foi contactada a Câmara Municipal de Lisboa, a fim de obtermos os apoios necessários, designadamente a cedência do terreno para implantação da nossa nova Sede. Foi-nos garantida, pelo Presidente da Câmara a concretização de todos esses anseios, encontrando-se, os serviços camarários competentes a envidar esforços no sentido de se encontrar um local de maior acessibilidade, para dar início à construção.

Fomentar a estabilidade

Na área interna, criou-se um clima de estabilidade associativa, quer no relacionamento entre Sede e Delegações e entre estas, pese um pouco, por um demasiado empenhamento dos elementos da D.C., alguma morosidade na deslocação e no perfeito enquadramento do apoio à implementação da Delegação de Évora, que nos regozijamos de voltar a ver em pleno funcionamento.

Aliás, a estabilidade associativa, ponto importante do programa eleitoral dos actuais órgãos sociais centrais, parece encontrar-se patente na actual dinâmica desenvolvida na área de Lisboa, a nível de diversos grupos de trabalho no S.N.R. e também a outros níveis de participação. Têm participado nestes grupos aqueles sócios que o pretendam fazer e, a própria D.C., sem qualquer intuito marginalizador, tem convidado sócios a colaborar baseada unicamente no critério da competência e da capacidade.

Ninguém foi marginalizado: a ninguém foi impedida a colaboração associativa.

Diálogo em todas as frentes

Entende-se que todo o trabalho de intervenção da ADFA, aos níveis em que tal é possível, deverá ser repartido e não centralizado, não descuran-

do de qualquer modo a D.C. como lhe cabe, o planeamento e acompanhamento dentro das normas estatutárias e do programa eleitoral que plesbicitou a 4 de Julho de 1987.

Iniciou-se o labor da reestruturação dos diversos departamentos em que a Sede se compõe estando-se neste momento a estudar formas proveitosas de enquadramento e reclassificação do actual quadro laboral da ADFA.

Na área legislativa esteve presente em todos os contactos havidos, a revisão de decretos já existentes e a necessidade de publicação de alguns projectos já elaborados, por cuja promulgação a ADFA há longo tempo vem pugnando.

É, assim, por sensibilização da secretaria de Estado da Defesa que na Lei Orgânica do respectivo ministério é contemplada a criação de uma estrutura que trace e equacione, a nível de reabilitação, os problemas dos deficientes das Forças Armadas, estrutura essa que se espera, venha a ter papel semelhante ao da extinta CMRA.

Ainda nesta área, se promoveram estudos, que levaram à elaboração de quatro projectos de tese, que irão ser levados a debate internacional, pelos representantes da ADFA e demais entidades portuguesas convidadas a participar à 5.ª Conferência Internacional sobre a Legislação, a realizar na Áustria durante o mês de Abril.

Foi reactivado o programa de Formação profissional e muito embora reduzindo o número de cursos a ministrar, tentou-se uma maior aproximação à realidade da massa associativa, propondo-se cursos de Artes Gráficas e Cerâmica, todavia não foi ainda possível implementar na Sede o programa da colocação dos formandos, preocupação que prende neste momento a atenção da D.C., encontrando-se em fase de estudo a procura de potenciais empregadores.

III Congresso em marcha

Por fim, neste momento alto da vida associativa e ponto de honra do nosso projecto eleitoral foram criadas condições para que sob proposta da respectiva Comissão Organizadora. O Conselho Nacional do passado dia 24 de Fevereiro, marcase a data provável para o III Congresso da ADFA e aprovasse o respectivo regulamento.

Após diversas tentativas, não conseguidas, finalmente — o III Congresso está em marcha.

Até meados de Janeiro de 1989, momento provável da sua realização, vai a dinâmica do Congresso trazer à vida interna da ADFA um período que se deseja e augura de plena movimentação associativa, de reflexão dos grandes desafios que se põem à ADFA no campo da reabilitação, nos finais do sec. XX, inserida que está numa sociedade em renovação, integrada no espaço comunitário europeu e com responsabilidade na cooperação com os movimentos congéneres dos actuais países africanos de expressão oficial portuguesa.

A participação de todos e de cada um de nós é um imperativo premente na busca de soluções para o encontro das vias que coloquem a ADFA definitivamente e ainda mais no 1.º plano do movimento de deficientes em Portugal, com voz autorizada nas instâncias internacionais. Em suma, uma ADFA moderna que seja uma consultora e prospectadora válida, chamada a intervir em todas as áreas da reabilitação. Assim, tão importante como a realização do próprio Congresso, é toda a dinamização associativa que este irá provocar. Deste Congresso se espera uma lufada de ar fresco na ADFA. Será este o momento em que, mais do que nunca, fazemos falta todos. Os dados estão lançados a resposta será de cada um de nós!

Direcção Central

RENAULT 21 Nevada

Turbo DX Diesel

o imenso espaço
o prazer intenso

O imenso espaço de uma viatura para 5 ou 7 lugares, 338 dm³ ou 1,7 m³ de volume útil (conforme a disposição do banco traseiro), 313° de ângulo de visibilidade.

RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel).

Um soberbo motor Diesel Turbo com uma cilindrada de 2068 cm³, que desenvolve uma potência máxima de 88 CV às 4250 rpm e que permite atingir 172 km/h de velocidade máxima.

RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel) alia a potência à economia: 5,2l de gasóleo à velocidade estabilizada de 90 km/h. Sem esquecer, evidentemente, o elevado nível dos acabamentos, a insonorização de alta qualidade, os equipamentos completos, o conforto na sua mais elevada expressão. Em suma, tudo o que proporciona uma superior qualidade de vida a bordo e um intenso prazer de conduzir. Porque a robustez não é inimiga da elegância, porque a eficiência é compatível com o bom-gosto, o RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel) é a resposta tecnológica aos problemas do dia-a-dia.

RENAULT 21 Nevada turbo DX (Diesel).

A versão mais recente de uma gama completa a gasolina e a diesel.



RENAULT PORTUGUESA
Sociedade Industrial e Comercial, S.A.R.L.
SERVIÇOS DE VENDAS DIRECTAS E ESPECIAIS

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
Tels. 319293/4 1900 LISBOA





Política de reabilitação: levar os princípios à prática

Os representantes da ADFA nos 13 subgrupos a funcionar no Secretariado Nacional de Reabilitação para propor medidas práticas ao Governo no âmbito do documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação» reuniram na sede no dia 29 de Fevereiro tendo procedido a um balanço da segunda ronda de reuniões desses subgrupos.

Como é sabido, este trabalho tem por finalidade fazer com que o Estado, aos níveis central, regional e local, assumam os problemas dos deficientes e sejam criadas a todos esses níveis, estruturas capazes de viabilizar as filosofias definidas pelas organizações de e para deficientes no âmbito do Conselho Nacional de Reabilitação.

Visa-se levar os princípios à prática, desde Bragança aos Açores, e alargar a experiência circunscrita dos projectos de distrito a todo o território nacional

Os nossos representantes neste trabalho exprimem a convicção de que todos os envolvidos — quer as pessoas deficientes quer os seus interlocutores oficiais estão de boa-fé e, portanto, a partir do momento em que se juntem para trabalhar em conjunto, terão forçosamente que encontrar soluções para os problemas.

Estado pode poupar

O que falta fazer é de todos sabido: em matéria de filosofia de reabilitação e integração da pessoa deficiente estamos ao nível da Europa de que fazemos parte, mas em termos práticos a situação é já bem diferente.

Para que os princípios já estabelecidos encontrem concretização em medidas de carácter prático é em primeiro lugar necessário que o Secretário Nacional de Reabilitação se imponha como órgão coordenador.

Um trabalho coordenado pode poupar muito tempo e muitos meios e recursos que, como se sabe, não abundam.

O Estado português

poderá ser assim, o primeiro beneficiário da concretização das medidas que as pessoas deficientes exigem.

Todos estamos de acordo em que as acções de reabilitação têm de ser rentabilizadas e coordenadas. Ora, pôr as pessoas a falar não tem custos para o Estado. Pelo contrário, pode, a prazo, revelar-se importante factor de economia, como atrás se demonstrou.

Informação e sensibilização

Uma das áreas prioritárias em que o Governo deve avançar desde já com medidas práticas é a da Informação.

Neste domínio, a ADFA levantou já questões concretas, isentas de custos, como a estipulação do direito de antena nos meios audio-visuais para as organizações representativas das pessoas deficientes, que numa primeira fase poderia ser atribuído ao SNR e gerido pelo Conselho Nacional de Reabilitação.

O SNR tem que ser o polo aglutinador e sensibilizador da opinião pública. Incumbe-lhe, além disso, criar meios para apoiar acções de informação e sensibilização a respeito das pessoas deficientes que possam ser postos à disposição das escolas e utilizados nas acções próprias das associações.

Associativismo e cooperativismo

Nos trabalhos já desenvolvidos no CNR avançou-se bastante em matéria de definição dos apoios que o Estado deve dar às organizações de pessoas deficientes — quer em áreas sem custos quer em domínios da esfera do Orçamento Geral do Estado.

Atendendo a que o Governo aceita as orientações da ONU e reconhece o seu carácter benéfico para as pessoas deficientes e para o País, óbvia se torna a necessidade de apoiar em termos económicos o trabalho dessas organizações — que em muitos casos se substituem ao próprio Estado na prestação de cuidados essenciais aos seus associados.

Porém, as associações vêem-se sufocadas não só pela falta de meios mas até pela falta de disponibilidade dos seus dirigentes. Por isso consta entre as recomendações do documento «Contributo» como medida a implementar com urgência a possibilidade de os dirigentes de associações de deficientes virem a dispor de um tempo de dispensa de serviço à semelhança do estabelecido para os trabalhadores com funções sindicais.

Outras medidas cuja adopção se impõe prendem-se com a atribuição do estatuto de parceiro social às organizações de deficientes — estando neste momento em estudo uma proposta concreta a apresentar ao Governo.

Igualmente premente é a necessidade de a Segurança Social avançar desde já com medidas na melhoria das prestações sociais às pessoas deficientes e seus familiares que lhes permita um nível de subsistência com um mínimo de dignidade.

ADFA presente na quinzena da Escola Nuno Gonçalves

A ADFA é uma das entidades que vai estar representada na «Quinzena dos Cursos Nocturnos» promovida pela Escola Preparatória Nuno Gonçalves — a qual, como se sabe, fornece o corpo docente para os cursos que são ministrados pela nossa Escola — acção que visa fundamentalmente «dar a conhecer a escola ao meio em que esta se insere» e «fomentar o intercâmbio recíproco entre a escola e esse meio» segundo declarou um responsável por essa realização, dr. Nascimento, em breves declarações ao ELO.

Um vasto conjunto de realizações irá decorrer de 18 a 30 de Abril envolvendo as mais diversas entidades, como a Câmara Municipal de Lisboa, a Orquestra Ligeira do Exército, a Direcção-Geral dos Desportos, a Junta de Freguesia da Penha de França, onde a escola Nuno Gonçalves está situada, o FAOJ, o Grupo Recreativo Estrelas da Avenida, a Obra do Ardina, e os clubes de pessoal

actividades da quinzena, realizar-se-á uma prova de natação para deficientes na piscina da Penha de França, durante a manhã, seguindo-se, à tarde, um espectáculo oferecido pela Orquestra Ligeira do Exército.

Paralelamente estarão patentes várias exposições e funcionarão ateliers abertos de artesanato em couro, carpintaria, tipografia e trabalhos em ferro forjado.

O objectivo desta realização, diz-nos o dr. Nascimento, é «dar a conhecer não só à população escolar diurna mas também à própria população da zona em que a escola se integra, as actividades dos alunos dos cursos nocturnos, fomentando uma aproximação entre a escola e a colectividade que passa pela realização de actividades paralelas no campo desportivo e recreativo abertas a toda a população escolar e aos moradores da zona».

Através da Junta de Freguesia, estarão igualmente representadas nesta quinzena todas as colectividades de cultura e recreio daquela área.

Olimpíadas da Nuno Gonçalves

Outra realização que a escola Nuno Gonçalves está já a preparar, é a segunda edição de umas olimpíadas que visam «transportar para a escola o espírito olímpico», iniciativa dos professores do grupo de Educação Física, que decidiram canalizar dessa forma para fins educativos o grande entusiasmo que a realização das Olimpíadas sempre desperta entre os jovens.

Depois do êxito de iniciativa congénere, há quatro anos, essa realização vai agora repetir-se, mas desta feita alargada a outra escola a Cesário Verde, e ultrapassando os muros das próprias escolas.



de várias empresas como os CTT e o Banco Borges & Irmão.

O programa iniciar-se-á, no dia 18, com a apresentação do grupo de marionetas «Lanterna Mágica», seguindo-se, no dia 20, um jogo de basquetebol em cadeira de rodas, em que a ADFA será uma das equipas participantes.

No dia 30, a encerrar as

Aquisição de Viaturas

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: primeiro sábado de cada mês.

Viseu e Coimbra: primeira sexta-feira de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Todos os sócios interessados na aquisição de viaturas devem contactar a sua Delegação marcando entrevista com o delegado de vendas da ADFA.

Viaturas RENAULT

	PREÇO BASE	P. V. P.
RENAULT 5-CAMPUS	774 927\$00	1 036 067\$00
RENAULT 5-SL	795 417\$00	1 123 407\$00
RENAULT 5-TL-3P	854 184\$00	1 192 164\$00
RENAULT 5-GTR-3P	919 854\$00	1 332 389\$00
RENAULT 5-GTX-3P	1 056 295\$00	1 624 826\$00
RENAULT 5-TL-5P	897 386\$00	1 242 711\$00
RENAULT 5-GTR-5P	965 569\$00	1 385 876\$00
RENAULT 5-GTD-5P	1 232 734\$00	2 174 075\$00
RENAULT 5-GT-Turbo	1 730 036\$00	2 413 103\$00
RENAULT 5-BACCARA	1 363 967\$00	1 984 802\$00
RENAULT 9-GTC-Super	1 042 683\$00	1 476 099\$00
RENAULT 9-GTS	1 152 184\$00	1 737 016\$00
RENAULT 9-TSE	1 301 014\$00	1 911 147\$00
RENAULT 9-GTD	1 350 099\$00	2 311 392\$00
RENAULT 9-Turbo	1 647 834\$00	2 316 926\$00
RENAULT 11-GTC Super	1 113 305\$00	1 558 727\$00
RENAULT 11-GTS	1 225 243\$00	1 822 495\$00
RENAULT 11-TSE	1 375 715\$00	1 998 547\$00
RENAULT 11-GTD	1 447 181\$00	2 424 978\$00
RENAULT 11-Turbo 3P	1 687 250\$00	2 363 043\$00
RENAULT 11-Turbo 5P	1 777 908\$00	2 469 113\$00
RENAULT 21-GTS	1 421 687\$00	2 452 644\$00
RENAULT 21-RS	1 534 037\$00	2 584 094\$00
RENAULT 21-GTD	1 588 157\$00	5 875 374\$00
RENAULT 21-TDX	1 858 986\$00	6 292 244\$00
RENAULT Nevada TDX-7 lugares	2 069 888\$00	6 538 999\$00
RENAULT Nevada TDX-5 lugares	1 808 888\$00	6 438 999\$00
RENAULT Expresso-5 lugares	998 400\$00	1 360 897\$00
RENAULT Nevada GTS-5 lugares	1 541 493\$00	2 592 817\$00
RENAULT Nevada GTS-7 lugares	1 599 417\$00	2 660 588\$00

PREÇOS COM PINTURA NORMAL

As versões «DIESEL» dos «RENAULT 5, 9 e 11» apresentam o motor de 1595 c.c., 55 cv beneficiado pelos últimos aperfeiçoamentos técnicos em matéria de insonorização e equipado com pré aquecimento de gasóleo.

TODOS OS SÓCIOS INTERESSADOS NAS VIATURAS DA GAMA «RENAULT» PODEM PEDIR INFORMAÇÕES NA SEDE OU NAS NOSSAS DELEGAÇÕES.

Vamos sensibilizar o Parlamento

A Direcção Central aguarda a aprovação da Lei Base da Reabilitação em Conselho Nacional do SNR para, de imediato, pedir audiências a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República, com a finalidade de sensibilizar os deputados para a necessidade da sua discussão e aprovação no mais breve lapso de tempo.

Depois das acções desenvolvidas junto dos órgãos governamentais e das entidades militares, abre-se assim uma nova frente de diálogo na área parlamentar «de molde a concitar vontades suprapartidárias que possibilitem a criação de condições para um cabal cumprimento do estipulado nos artigos 71.º e 72.º da Constituição da República».

O NOSSO III CONGRESSO JÁ COMEÇOU

Com a aprovação do Regulamento do III Congresso da ADFA e a criação de meios para a sua realização decididos em Conselho Nacional em 27 de Fevereiro, foi dado o arranque decisivo para essa jornada que se espera venha a constituir um encontro de ideias e experiências susceptíveis de lançar as bases da ADFA do futuro.

A fim de podermos desde já levar ao leitor o máximo de pormenores sobre o que irá ser e o que se espera deste Congresso, ouvimos Guedes da Fonte, membro da Comissão Organizadora do Congresso (COC) e da Direcção Central, para nos fazer um ponto da situação.

«O encontro dos delegados durante dois dias, em Janeiro do próximo ano não será o início mas sim o final do Congresso, afirma Guedes da Fonte, considerando que mais importante ainda que a apresentação das conclusões finais será toda a discussão a que se irá proceder daqui até lá. Na realidade — prossegue — esse movimento de pessoas e ideias a que chamamos congresso já começou.

Como primeiro ponto da situação, Guedes da Fonte afirma: «Há três coisas importantes para o arranque desta realização: a definição dos apoios financeiros e a preparação da «logística» — a parte material do Congresso; locais, transportes, alojamentos, refeições — e a perspectivação dos objectivos a atingir com esta ampla discussão a nível nacional.

«O Congresso arrancou. Temos um regulamento, temos os meios financeiros, procedemos neste momento ao planeamento dos meios logísticos e vamos iniciar o debate para dar corpo às

ideias sobre o que deve ser este encontro colectivo que todos iremos dinamizar e fazer frutificar».

— A dez meses de distância o que se poderá desde já antever que venha a constituir o resultado mais palpável desta realização?

— «Quando o Congresso terminar teremos que ter duas ou três ideias quanto ao futuro em cada uma das temáticas que irão ser abordadas. No fundo, do meu ponto de vista, trata-se de materializar algumas das ideias do programa eleitoral com que a actual Direcção se apresentou aos sócios.

A par disso, este movi-

mento deverá servir para congregar todos os associados à volta de uma dinâmica associativa que faça com que todos se sintam integrados, sintam que há vida na Associação e que os problemas estão a ser tratados.

Isto far-se-á mercê de um trabalho conjunto da Direcção, Comissão Organizadora, Delegações e Núcleos e todos os sócios. Noutra âmbito, o Congresso constituirá também oportunidade para o estreitar do diálogo com outras instituições e com a sociedade em geral.

UM «ANO DA ADFA»

O Congresso será um tempo de reflexão a nosso próprio respeito, como que um «Ano Nacional da ADFA» em que não iremos apenas preocupar-nos com os temas mais específicos mas também com a ideia de solidariedade associativa que este período de Congresso irá por um movimento: solidariedade em torno da Associação, aplicada na defesa dos ideais da reabilitação.

O Congresso é ocasião para se pensarem as questões de fundo e o seu enquadramento institucional. Não iremos pensar apenas no nosso problemzinho pessoal, mas perspectivar as questões a nível da Nação.

A ADFA tem uma men-

sagem a propor à Sociedade e este Congresso é também um traço de ligação entre o passado e o futuro: temos conclusões a tirar e mensagens a transmitir.

Claro que, a par dessas questões podem e devem surgir interrogações sobre questões associativas. É natural que apareçam.

— É portanto, natural que o Congresso venha a determinar alterações ao papel da ADFA perante os sócios e a sociedade?

— «Se se verificar que, para seguir as filosofias saídas do Congresso tem que se adaptar a estrutura interna da Associação acho que isso deve fazer-se. Se as novas ideias que irão surgir implicarem mudanças profundas, penso mesmo que isso poderá acarretar a necessidade de alterações aos Estatutos...

— Como por exemplo...

— O Congresso constitui uma oportunidade única para fazer renascer alguns grandes objectivos como os que expressamos no nosso programa eleitoral: repensar a ADFA internamente, de molde a conseguir autonomia financeira: isso passará pelo regime de quotas e pela criação de receitas, dotando a Associação de raízes econó-

micas na sociedade que assegurem a sua subsistência.

A vida da ADFA teve polarizar-se em três vectores essenciais: as ideias, os sócios e o «aparelho», formado pelas finanças, organização e estrutura. Ora para intervir na sociedade precisamos de força e isso passa pelos meios financeiros.

— Falemos agora da mecânica do congresso. Por exemplo o número de comunicações que irão



ser apresentadas. Há já alguma ideia sobre o assunto?

— Pretendemos que não sejam muitas. Interessamo-nos mais a qualidade que a quantidade. Por isso convidamos os sócios a ter uma vivência mais intensa da sua Associação nas Delegações

e Núcleos, que se juntem e evitem apresentar textos com as mesmas ideias, para chegarmos ao fim com poucas comunicações mas de qualidade.

— Apesar disso, é possível que se verifiquem repetições. Como fará a Comissão Organizadora

REGULAMENTO

O texto do Regulamento aprovado pelo Conselho Nacional para o III Congresso é o resultado de uma profunda discussão entre os órgãos sociais e os membros da Comissão Organizadora. Para o conhecimento de todos os interessados — e todos os sócios da ADFA são interessados na definição e acompanhamento deste marco fundamental da vida associativa — aqui se transcrevem as partes fundamentais desse texto que, além disso, poderá ser consultado em todas as Delegações e Núcleos.

I — OBJECTIVOS

Art.º 1.º

Perspectivar a Sociedade portuguesa e a intervenção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em concordância com a dinâmica social actual, nacional e internacional, em ordem a que sejam prosseguidos objectivos globais e permanentes da reabilitação e reintegração social dos deficientes seus associados, através de uma vivência social integrada responsável, tendo em atenção nomeadamente:

a) O posicionamento da Sociedade Portuguesa actual dentro desse âmbito;

b) as responsabilidades da A.D.F.A., considerando a sua organização e o seu dinamismo associativo numa política global nacional de reabilitação e reintegração;

e) o enquadramento da reabilitação e reintegração social em concepções político-sociais de melhoria da sociedade global;

d) a contribuição da A.D.F.A. no campo normativo da organização da sociedade para responder às necessidades dos deficientes tendo em vista a sua reabilitação e reintegração plena nessa sociedade.

II — ORGANIZAÇÃO

ART.º 2.º — 1. A organização do Congresso será da responsabilidade dum Comissão de três elementos — Presidente da M.A.G.N., sócio n.º 1 da A.D.F.A. e elementos representantes da Direcção Central — designada no C.N. de 7 de Fevereiro de 1987.

2. Esta Comissão designada por Comissão Organizadora do III Congresso desempenhará as suas funções seguindo as directrizes do Conselho Nacional e respondendo perante este.

ART.º 3.º — No caso de impedimento, renú-

cia, demissão ou incapacidade de qualquer dos elementos da Comissão Organizadora do III Congresso, a sua substituição será feita pelos restantes elementos em exercício, devendo essa substituição ser ratificada pela M.A.G.N., que da mesma dará conhecimento ao C.N. na sua próxima reunião.

ART.º 4.º — A Comissão Organizadora, para a prossecução das competências que lhe estão cometidas, poderá:

a) Nomear grupos de trabalho, se necessário, para elaboração de temas ou teses a discutir pelos associados a nível das Delegações;

b) Promover, com a colaboração dos Órgãos Sociais Centrais e Locais, a sensibilização e consciencialização dos associados para o Congresso, bem como da sua divulgação no exterior da A.D.F.A.;

c) Elaborar o Orçamento do Congresso, e gerir as verbas postas à sua disposição;

d) Nomear uma Comissão de Redacção para compilação e elaboração final dos temas ou teses a serem discutidos;

e) Estabelecer a planificação e metodologia para a discussão associativa dos temas ou teses.

ART.º 5.º — 1. A Comissão Organizadora do III Congresso descentralizará as suas funções através da nomeação de Sub-Comissões, a criar nas Delegações.

2. As Sub-Comissões serão constituídas por três elementos propostos pela Direcção das Delegações, devendo um ser mesmo membro deste órgão.

ART.º 6.º — São competências das Sub-Comissões:

a) Promover na área da Delegação, em arti-

culação com a Comissão Organizadora do III Congresso, a preparação e divulgação do Congresso;

b) Acompanhar na Delegação possíveis trabalhos para elaboração de teses, bem como promover a sensibilização e consciencialização dos associados da área da Delegação para a realização do Congresso;

c) Dinamizar e empenhar-se na discussão dos temas ou teses;

d) Apresentar à Comissão Organizadora a previsão dos gastos;

e) Colaborar com a Comissão Organizadora durante a realização do III Congresso.

III — PREPARAÇÃO

ART.º 7.º — Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Centrais e Locais devem apoiar a Comissão



o Organizadora

CONGRESSO COMEÇOU

sagem a propor à Sociedade e este Congresso é também um traço de ligação entre o passado e o futuro: temos conclusões a tirar e mensagens a transmitir.

Claro que, a par dessas questões podem e devem surgir interrogações sobre questões associativas. É natural que apareçam.

— É portanto, natural que o Congresso venha a determinar alterações ao papel da ADFA perante os sócios e a sociedade?

— «Se se verificar que, para seguir as filosofias saídas do Congresso tem que se adaptar a estrutura interna da Associação acho que isso deve fazer-se. Se as novas ideias que irão surgir implicarem mudanças profundas, penso mesmo que isso poderá acarretar a necessidade de alterações aos Estatutos...

— Como por exemplo...

— O Congresso constitui uma oportunidade única para fazer renascer alguns grandes objectivos como os que expressamos no nosso programa eleitoral: repensar a ADFA internamente, de molde a conseguir autonomia financeira: isso passará pelo regime de quotas e pela criação de receitas, dotando a Associação de raízes econó-

micas na sociedade que assegurem a sua subsistência.

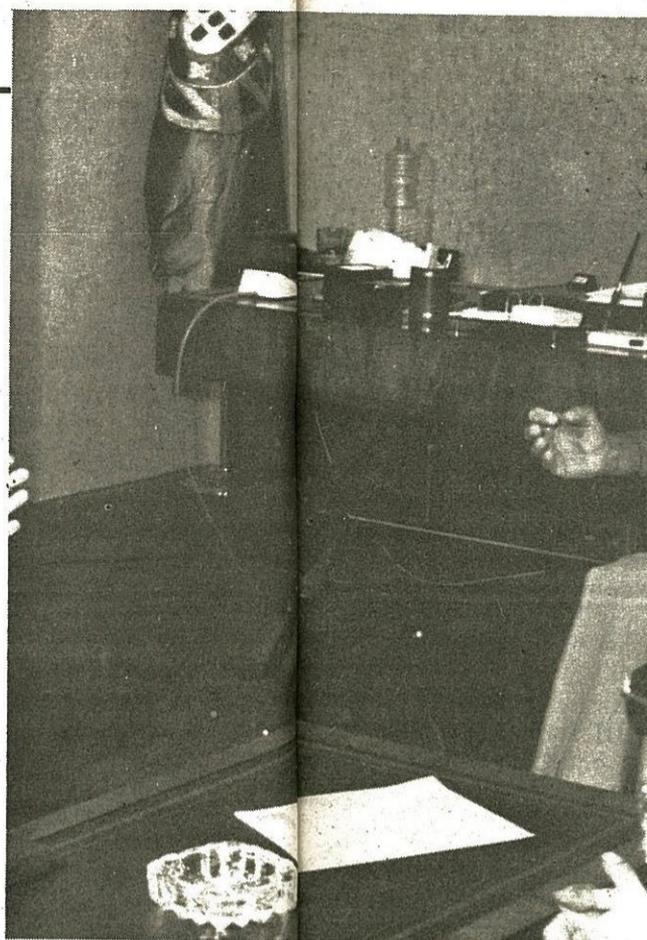
A vida da ADFA teve polarizar-se em três vectores essenciais: as ideias, os sócios e o «aparelho», formado pelas finanças, organização e estrutura. Ora para intervir na sociedade precisamos de força e isso passa pelos meios financeiros.

— Falemos agora da mecânica do congresso. Por exemplo o número de comunicações que irão



ser apresentadas. Há já alguma ideia sobre o assunto?

— Pretendemos que não sejam muitas. Interessa-nos mais a qualidade que a quantidade. Por isso convidamos os sócios a ter uma vivência mais intensa da sua Associação nas Delegações



para resolver essa questão?

— A COC dispõe de órgãos de apoio, como uma comissão de redacção, que procederão a uma segunda triagem e convidarão os autores a fundir propostas com o mesmo sentido ou a subscrever outras já existentes de idêntica finalidade.

INSTRUMENTO DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Voltando à ideia de que a discussão até ao Congresso é a parte mais importante: o dia e meio ou dois dias de duração do Congresso serão sobretudo um momento consagrado ao exterior.

Entre nós, o Congresso está já a acontecer desde o Conselho Nacional que aprovou o Regu-

e Núcleos, que se juntem e evitem apresentar textos com as mesmas ideias, para chegarmos ao fim com poucas comunicações mas de qualidade.

— Apesar disso, é possível que se verifiquem repetições. Como fará a Comissão Organizadora

cia, demissão ou incapacidade de qualquer dos elementos da Comissão Organizadora do III Congresso, a sua substituição será feita pelos restantes elementos em exercício, devendo essa substituição ser ratificada pela M.A.G.N., que da mesma dará conhecimento ao C.N. na sua próxima reunião.

ART.º 4.º — A Comissão Organizadora, para a prossecução das competências que lhe estão cometidas, poderá:

- Nomear grupos de trabalho, se necessário, para elaboração de temas ou teses a discutir pelos associados a nível das Delegações;
- Promover, com a colaboração dos Órgãos Sociais Centrais e Locais, a sensibilização e consciencialização dos associados para o Congresso, bem como da sua divulgação no exterior da A.D.F.A.;

c) Elaborar o Orçamento do Congresso, e gerir as verbas postas à sua disposição;

d) Nomear uma Comissão de Redacção para compilação e elaboração final dos temas ou teses a serem discutidos;

e) Estabelecer a planificação e metodologia para a discussão associativa dos temas ou teses.

ART.º 5.º — 1. A Comissão Organizadora do III Congresso descentralizará as suas funções através da nomeação de Sub-Comissões, a criar nas Delegações.

2. As Sub-Comissões serão constituídas por três elementos propostos pela Direcção das Delegações, devendo um ser mesmo membro deste órgão.

ART.º 6.º — São competências das Sub-Comissões:

- Promover na área da Delegação, em arti-

culação com a Comissão Organizadora do III Congresso, a preparação e divulgação do Congresso;

b) Acompanhar na Delegação possíveis trabalhos para elaboração de teses, bem como promover a sensibilização e consciencialização dos associados da área da Delegação para a realização do Congresso;

c) Dinamizar e empenhar-se na discussão dos temas ou teses;

d) Apresentar à Comissão Organizadora a previsão dos gastos;

e) Colaborar com a Comissão Organizadora durante a realização do III Congresso.

III — PREPARAÇÃO

ART.º 7.º — Na fase de preparação, os Órgãos Sociais Centrais e Locais devem apoiar a Comissão

Organizadora do III Congresso e as Sub-Comissões por esta nomeadas, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance na sensibilização e consciencialização dos associados tendo em vista a sua participação e empenhamento quer na apresentação de temas ou teses quer na discussão de todas as apresentadas para Congresso.

ART.º 8.º — Os temas ou teses, a apresentar para discussão, devem ser trabalhados por grupos de sócios, nunca constituídos por menos de 3 elementos.

ART.º 9.º — Os sócios poderão apresentar individualmente trabalhos sobre áreas definidas, abrangidas pelos objectivos do Congresso, desde que contenham matéria considerada de interesse pela Comissão Organizadora do III Congresso.

ART.º 10.º — Todos os temas, teses e trabalhos



verá também representações dos países africanos de língua portuguesa. Este Congresso tem um carácter simbólico extremamente importante: é símbolo de um associativismo forte e símbolo de comunicação com o resto da sociedade.

UM DEBATE NACIONAL

Pretendemos deslocar-nos a delegações e núcleos sempre que possível mas todos estaremos simultaneamente em contacto através do ELO, que será um instrumento básico neste processo, com noticiário permanente de todos os pontos do País, o ELO deverá constituir-se como um autêntico congresso permanente, dando conta de tudo quanto está a suceder.

— A esse respeito, é importante chamar a atenção das delegações e núcleos para a necessidade de fazerem chegar ao jornal todas as informações. E deixámos para o fim os pormenores de local e data de realização. O que é possível dizer desde já?

— A data previsível é 14 e 15 de Janeiro de 1989. Inicialmente queria-se que fosse em Dezembro deste ano, mas devido à grande ocupação de espaços na quadra natalícia tornava-se muito difícil encontrar um local em Lisboa ou arredores. Neste momento apenas é possível dizer que deverá ser um hotel na zona de Lisboa, um local que possa fornecer espaço e condições de permanência dos delegados do princípio ao fim, porque mais económico e com uma logística menos pesada. Por outro lado esse tipo de solução proporciona uma maior eficácia pois possibilita maior troca de opiniões entre os participantes.

Resta ainda dizer que a Comissão Organizadora vai criar subcomissões regionais. A de Lisboa é dinamizada pelo presidente da Direcção Central, José Arruda. Mas nem só esses serão chamados a participar, vamos ter de pedir ajuda a todos, novos e velhos.

Conselho Nacional aprovou Orçamento para 1988



O Conselho Nacional, reunido em 27 de Fevereiro, na sede, aprovou, em termos gerais e com correcções pontuais, a proposta de Orçamento para 1988 elaborada pela Direcção Central, e o Regulamento do II Congresso.

Entre as deliberações do CN então tomadas, conta-se a de adquirir um novo computador para os serviços da sede, face à situação de esgotamento da capacidade do actualmente existente e tendo em vista encetar um projecto mais ambicioso de modernização dos servi-

ços, dotando-os de meios que permitam o tratamento dos problemas com maior número de dados aos mais diversos níveis.

A discussão do Regulamento do III Congresso (que publicamos integralmente noutra edição) mereceu especial atenção por parte dos conselheiros, tendo-se registado discussões acaloradas ao longo do debate e votação de cada ponto.

Foi ainda decidido em Conselho Nacional afectar uma verba da ordem dos 3000 contos para a realização do Congresso.

para resolver essa questão?

— A COC dispõe de órgãos de apoio, como uma comissão de redacção, que procederão a uma segunda triagem e convidarão os autores a fundir propostas com o mesmo sentido ou a subscrever outras já existentes de idêntica finalidade.

INSTRUMENTO DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Voltando à ideia de que a discussão até ao Congresso é a parte mais importante: o dia e meio ou dois dias de duração do Congresso serão sobretudo um momento consagrado ao exterior.

Entre nós, o Congresso está já a acontecer desde o Conselho Nacional que aprovou o Regu-

lamento e os meios financeiros.

Importa pois dizer que o Congresso é um instrumento da vida associativa mas é também um instrumento de diálogo com o exterior. Fazemos questão de que ele reflita cá para fora o que somos: um associação organizada e com ideias claras.

— O que esta previsto no tocante a convidados e observadores?

— Vão estar presentes muitas entidades nacionais e estrangeiras. Essas representações traduzirão sobretudo uma ideia de solidariedade internacional e virão sobretudo da Comunidade Económica Europeia, dos Estados Unidos e de outros países da FMAC. Muito provavelmente ha-

deverão ser apresentados à Comissão Organizadora até ao dia 30 de Maio de 1988.

ART.º 11.º — A Comissão Organizadora do Congresso, providenciará até 15 de Junho de 1988, pela divulgação pelas Delegações de todos os temas, teses e trabalhos, promovendo ainda a sua publicação no jornal «ELO».

ART.º 12.º — As direcções das Delegações, com a colaboração das Sub-Comissões previstas no art.º 4.º do presente regulamento, providenciarão pela elaboração de um calendário de reuniões, sessões e plenários para discussão, a nível dos associados, dos temas, teses e trabalhos divulgados.

ART.º 13.º — Deverão todas as Delegações efectuar pelo menos, 2 plenários de debate para além das necessárias reuniões ou sessões de preparação.

CALENDÁRIO

Reunião com sócios na Sede para debate preparatório.

Data limite para a entrega de trabalhos à comissão Organizadora.

Data limite para a divulgação dos trabalhos nas delegações e seu envio ao ELO para publicação.

Data provável de realização do Congresso num hotel de Lisboa ou arredores.

Organizadora do III Congresso e as Sub-Comissões por esta nomeadas, colocando todos os meios disponíveis ao seu alcance na sensibilização e consciencialização dos associados tendo em vista a sua participação e empenhamento quer na apresentação de temas ou teses quer na discussão de todas as apresentadas para Congresso.

ART.º 8.º — Os temas ou teses, a apresentar para discussão, devem ser trabalhados por grupos de sócios, nunca constituídos por menos de 3 elementos.

ART.º 9.º — Os sócios poderão apresentar individualmente trabalhos sobre áreas definidas, abrangidas pelos objectivos do Congresso, desde que contenham matéria considerada de interesse pela Comissão Organizadora do III Congresso.

ART.º 10.º — Todos os temas, teses e trabalhos

ART.º 14.º — Os resultados finais das discussões dos temas, teses e trabalhos nas Delegações serão remetidas pelas Sub-Comissões à Comissão Organizadora do III Congresso até ao dia 15 de Outubro de 1988.

ART.º 15.º — Competirá à Comissão de Redacção, prevista na alínea d) do art.º 4.º, colaborar com a Comissão Organizadora do Congresso na compilação dos resultados finais das discussões e na elaboração final da forma dos temas, teses e trabalhos a apresentar ao Secretariado e Delegados do III Congresso.

ART.º 16.º — A distribuição do trabalho da Comissão de Redacção aos Congressistas será feita até 30 de Novembro de 1988.

V — PARTICIPAÇÃO

ART.º 17.º — O III Congresso será constituído:

- a) Pelos membros do Conselho Nacional;
- b) Por Delegados eleitos em Assembleia Geral de Delegação.

ART.º 18.º — 1. Todos os participantes que constituem o III Congresso têm direito a intervir e a votar.

2. A aprovação dos temas, teses e trabalhos será feita por maioria simples dos presentes.

ART.º 19.º — As Assembleias Gerais de Delegação a que se refere a alínea b) do Art.º 17.º, efectuar-se-ão entre 1 e 23 de Outubro de 1988, devendo as direcções e delegações, indicar as datas em que se efectuam a Comissão Organizadora do III Congresso, até 15 de Setembro de 1988.

ART.º 20.º — 1. Os delegados são eleitos por escrutínio secreto mediante lista nominal, utilizando-se o método de Hont, caso haja mais de uma lista concorrente.

CONVOCATÓRIA

A MAGN nos termos do artigo 27.º dos Estatutos convoca a AGN da ADFA para reunir, ordinariamente, no dia 16 de Abril de 1988, pelas 13 horas e 30 minutos, na sede nacional, sita no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos em Lisboa, com os seguintes pontos de ordem de trabalhos:

- 1 — Apreciar e votar o relatório de actividades do C. N., relatório de conta da D. C. e respectivo parecer do C. F. C. relativos à gerência do ano de 1987.
- 2 — Actualização das quotas para o ano de 1988.
- 3 — Informações.

Nos termos do n.º 2 do artigo 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a AGN reunirá trinta minutos depois com qualquer número de sócios.

O PRESIDENTE DA MAGN

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 artigo 30.º, n.º 3 do artigo 27.º e N.º 2 do artigo 33.º a MAG convoca a AGN da ADFA para reunir, extraordinariamente, no dia 16 de Abril de 1988, pelas 10 horas e 30 minutos, na sede nacional, sita no Palácio da Independência, no Largo de S. Domingos em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Alteração do n.º 2 do artigo 26.º dos Estatutos, por ofender o artigo 174.º, n.º 1 do Código Civil;
- 2 — Alteração do n.º 3 do artigo 58.º dos Estatutos, por ofender o n.º 4 do artigo 175.º do mesmo Código Civil.

As alterações referidas são resultantes de imposição da Procuradoria Geral da República.

Nos termos do n.º 2 do artigo 32.º dos Estatutos, se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a AGN reunirá trinta minutos depois com qualquer número de sócios.

O PRESIDENTE DA MAGN

Cursos de Formação Profissional para 1988

Curso de electricidade electrónica

OBJECTIVOS — Promover acções correctivas em equipamentos electrónicos.

DESTINATÁRIOS — Pessoas portadoras de deficiências, com 25 anos ou mais e escolaridade obrigatória.

DURAÇÃO — 500 horas — Regime pós-laboral — 200 dias x 2 horas e 30 minutos.

PROGRAMA

— Electroestática;
— Magnetismo;
— Electrocinética;
— Electrodinâmica;
— Corrente alterna;
— Circuitos eléctricos;
— Semicondutores;
— Electrónica analógica;
— Electrónica digital;
— Microcomputadores.

Curso de Técnicos de Frio

OBJECTIVOS — Qualificar os formandos em material de frio e ar condicionado de modo a habilitá-los para tarefas de inspecção, instalação, reparação de equipamentos e sistemas de refrigeração de ar condicionado de pequeno porte (tipo doméstico e comercial).

DESTINATÁRIOS — Pessoas portadoras de deficiências, com 25 anos ou mais e escolaridade obrigatória.

DURAÇÃO — 450 horas — Tempo inteiro — 75 dias x 6 horas.

PROGRAMA

FORMAÇÃO TEÓRICA:

— Serralharia Geral;
— Soldadura;
— Matemática;
— Física;
Teoria de frio.

FORMAÇÃO PRÁTICA:

— Serralharia;
— Soldadura;
— Prática de frio.

Curso de Cerâmica

OBJECTIVOS — Qualificar os formandos para executar tarefas de ceramista integrado em unidades fabris pequenas ou médias.

DESTINATÁRIOS — Pessoas portadoras de deficiências, com 25 anos ou mais e escolaridade obrigatória (Preferência).

DURAÇÃO — 600 horas — Tempo Inteiro — 100 dias x 6 horas.

PROGRAMA

— Conformação plástica; olaria, modelação;
— Secagem de peças; técnicas e cuidados;

— Enfornamento e chacoagem;
— Decoração; vidrados e pintura cerâmica;
— Cozedura de vidrados.

Curso de Técnicos de Artes Gráficas

OBJECTIVOS — Qualificar os formandos com conhecimentos teórico-práticos para serem integrados em Empresas de Artes Gráficas.

DESTINATÁRIOS — Pessoas portadoras de deficiências, com 25 anos ou mais e no mínimo a escolaridade obrigatória.

DURAÇÃO — 770 horas — Tempo Inteiro — 110 dias x 7 horas.

PROGRAMA

FORMAÇÃO TEÓRICA — 400 horas.

FORMAÇÃO PRÁTICA — 370 horas.

— Informação Geral;
— Formação Teórica;
— Visitas;
— Fotocomposição;
— Seleção de cores;
— Montagem;
— Impressão;
— Fotografia de apoio;
— Transporte;
— Encadernação.

delegações • núcleos • delegações • núcleos



PORTO

Formação Profissional

Algumas das acções previstas no plano de formação profissional para 1988, no âmbito do programa de reabilitação profissional do C.R.F.P. iniciaram-se em 22 Fevereiro passado.

Quarenta e três pessoas com deficiência iniciaram assim a preparação para a vida activa, ou a sua reconversão profissional, buscando em qualquer dos casos a integração no mercado de trabalho condição fundamental para uma plena integração social.

Tiveram início os cursos de Artesanato em Madeira, Operador de Escritório Electrónico, Manutenção Mecânica e Reparação de Aparelhos Eléctricos, os quais se prolongarão até finais do corrente ano.

Para além destes estão ainda previstos:

— Relações Públicas — regime pós laboral, a iniciar em Setembro.

— Operador de Escritório Electrónico — regime pós laboral a iniciar em Julho.

— Técnico Ortoprotésico — especialização, a iniciar em Novembro.

Paralelamente decorrem os outros programas do C.R.F.P., em fase de franco desenvolvimento:

— Apoio psico-social
— Reabilitação funcional

— Investigação e formação técnica

Actividades em Abril

DIA 9 (Sábado) — Abertura da Delegação para:

a) Atendimento de sócios das 10H00 às 17H00.

b) Informação sobre a venda de automóveis Renault.

c) Almoço às 13H00 na Cantina da Delegação.

d) Actividades de ca-

rácter Cultural e Recreativo.

e) Reunião às 15H30 na Delegação para debate dos temas do III Congresso Nacional da ADFA.

DIA 11 (2.ª-feira):

— Reunião de Órgãos Sociais da Delegação.

DIA 16 (Sábado):

— Participação na Assembleia Geral Nacional Ordinária.

— **DIA 23 (Sábado):**

— Reunião de sócios em Vila do Conde nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde.

DIA 30 (Sábado):

— I Encontro de sócios em Amarante com o seguinte programa:

a) Às 10H30 — Reunião da Direcção de Delegação com os sócios na Escola Secundária de Amarante.

b) Às 13H00 — Almoço convívio no Restaurante a indicar.

c) Às 15H00 — Tarde Recreativa com projecção de um filme (vídeo) sobre a ADFA.

MAIO

DIA 7 (Sábado)

— Abertura da Delegação para:

a) Atendimento de sócios das 10H00 às 17H00.

b) Informação sobre a venda de automóveis Renault.

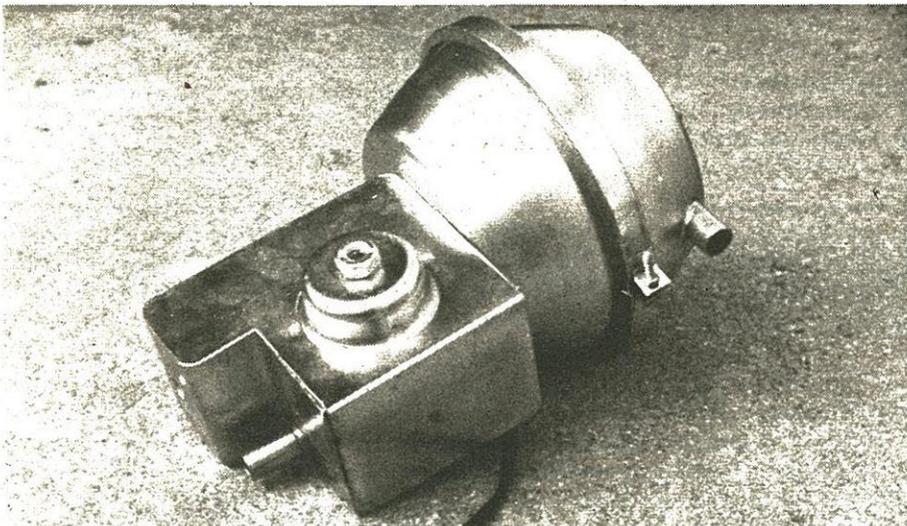


CASCAIS

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios do Núcleo de Cascais para estarem presentes numa reunião a realizar na sede do núcleo, na Urbanização Varandas de Cascais no sábado 16 de Abril pelas 15 horas, a fim de discutir a actividade futura do núcleo, a utilização a dar às suas instalações e a preparação de eleições para os órgãos próprios do Núcleo.

AUTOMATIZAÇÃO DA EMBRAIAGEM



Aparelho ideal para os condutores com amputações, poliomielíticos, flebiticos e outros deficientes motores

- Com a aplicação deste aparelho no seu carro não necessita usar o pedal da embraiagem, mantendo-se inalterável o consumo e as acelerações.
- Não altera nenhum componente mecânico.
- Não tem componentes à vista.
- Adapta-se a todas as viaturas.
- Com um simples premir de um botão no tablier obtém, sempre que deseje, condução convencional.

Para mais esclarecimentos sobre o «DRIVE-MATIC» e sua montagem, consulte o representante exclusivo para Portugal:

A. C. Sismeiro

Av. Heróla de Angola, 85 — Telef. 27718
2400 LEIRIA

Sócios falecidos

ARISTIDES RODRIGUES SARAIVA, sócio n.º 2878, ex-funcionário da Delegação de Viseu, ex-Presidente do Conselho Fiscal e da Mesa de Assembleia da Delegação, faleceu no dia 1/3/88, após prolongada enfermidade.

Este camarada dedicou sempre grande militância a esta Delegação numa regateando esforços para

concretizar as finalidades da sua Associação. O seu desaparecimento prematuro constitui pois perda grave para esta Delegação e para toda a família da ADFA.

JOSÉ LOPES MARQUES, sócio n.º 4718, faleceu no dia 1/3/88.

O seu falecimento deve-se ao agravamento da sua doença, adquirida em Angola. morava na

sua terra Natal, Carvalhal-Tondela.

JOÃO MIGUEL, sócio n.º 7348 natural de Vinhais, distrito de Bragança e residente nessa cidade faleceu no passado dia 22 de Dezembro de causa indeterminada.

Este nosso sócio com 72 por cento de desvalorização sofria de uma doença e pulmonar que contraiu em Dio, em 1956.



COIMBRA

Assembleia Geral

A Assembleia Geral da Delegação de Coimbra realizou-se no dia 13 de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Vida Associativa.
2. Informações Gerais.
3. Legislação.
4. Apreciação e votação do relatório de Actividades e Contas da Direcção da Delegação e Parecer do Conselho Fiscal relativo à gerência de 1987. Porém, por deliberação dos presentes, foi invertida a ordem de tratamento desses pontos.

Assim, o presidente de direcção da Delegação tomou a palavra, e passou a ler o relatório, tendo feito uma exposição exaustiva do seu conteúdo.

Fez notar, que devido à inércia e grande desinteresse da anterior direcção, só um verdadeiro milagre conseguiu manter aberta a Delegação de Coimbra. A actual direcção com quatro meses de actuação ainda não pôde apresentar grande obra, mas mesmo assim neste momento, um grande esforço de valorização e contacto com todas as autoridades mais representativas da nossa cidade está a ser feito. Referiu que a nossa Delegação está integrada no, «PROJECTO DE DISTRITO», onde ocupa uma posição cimeira devido à sua grande experiência no sector dos deficientes e a sua integração na sociedade. Disse ainda, esperar a D. D. a valorização dos trabalhadores ao seu serviço tanto material como profissionalmente, pois sendo só dois, e acumulando um com o seu cargo de direcção, o que lhe ocupa muito tempo, devido aos múltiplos contactos que tem de efectuar com autoridades civis e militares, e outras entidades ligadas fundamentalmente aos problemas dos deficientes. Está ainda a cargo do mesmo elemento todo o trabalho de Dinamização Cultural e Desporto, um sector de grande actividade na Delegação. Espera-se uma melhor compreensão dos órgãos centrais para os problemas que se levantam ao funcionamento da Delegação, pois que, só com o reforço dos trabalhadores se poderá efectivamente levar a cabo todas as actividades a que a actual direcção meteu ombros, e que contribuirão para a projecção e engrandecimento da ADFA.

O relatório de contas e actividades foi explicado aos sócios, tendo havido da parte de alguns comentários acerca do mesmo.

Pelos sócios presentes foram colocadas algumas questões pertinentes que foram prontamente esclarecidas pela direcção.

Depois de discutidos os problemas colocados, o presidente do C. F. procedeu à leitura do parecer do referido órgão, em que apesar de algumas anomalias técnicas no relatório de contas, propôs que fosse aprovado um voto de confiança aos actuais corpos sociais da Delegação de Coimbra, pois todos teremos muito a esperar da sua actuação futura.

Posto à votação o relatório e respectivo parecer do C. Fiscal, foram os mesmos aprovados por unanimidade.

Pesca Inter-sócios/88

17 de Abril, Mondego; 22 de Maio, Poço da Cal; 10 de Junho, Mondego; 26 de Junho, Aguieira; 25 de Setembro, Mondego (Santo Varão).

Esta prova de inter-sócios é aberta a todos os sócios da ADFA e assinantes do jornal Elo assim como a familiares. É uma forma de conviver e ao mesmo tempo participar numa modalidade desportiva com grande implantação na Delegação. Numa das provas de Junho terá lugar uma sardinada, e na última haverá um convívio e o habitual almoço anual, balcão com hortaliça, isto para além da distribuição de prémios.

Todas as informações serão prestadas pelos serviços da Delegação.

Na última prova todos os participantes deverão oferecer uma prenda, que poderá ser uma taça, medalha ou qualquer outra oferta.

MOÇÃO

A Assembleia Geral da Delegação de Coimbra da ADFA reunida em 1.02.88 para cumprimento do n.º 1 do art.º 48 dos estatutos, decidiu recomendar aos órgãos centrais da ADFA, e muito concretamente à Direcção Central, que assumam como posição nacional da nossa Associação, as mais prementes aspirações de todos os deficientes militares, designadamente:

1 — Discrepâncias profundamente injustas entre deficientes militares em serviço e em campanha.

2 — Direitos sociais de todos os deficientes em geral e dos grandes deficientes em particular.

3 — Resolução dos graves problemas dos grandes deficientes, incluindo os do foro psiqui-

co, não abrangidos por qualquer tipo de legislação, aos quais o Estado não reconhece quaisquer direitos.

4 — Sem prejuízo de especificidade dos problemas dos deficientes militares, assumir a defesa desses interesses no contexto dos deficientes em geral.

5 — Que qualquer posição da ADFA a nível internacional, (FMAC, CONFERÊNCIAS IN-

TERNACIONAIS, etc.), seja a expressão de um amplo debate entre todos os associados.

6 — Tomar consciência que só a defesa dos objectivos acima mencionados, poderá mobilizar todos os sócios em torno da ADFA, pondo termo ao marasmo e desmobilização em que a Associação se encontra.

MÁRIO ANTÓNIO
F. DOS SANTOS
Sócio 1107



UISEU

Dinamizar é o lema

A Dinamização da ADFA nos Distritos de Viseu e Guarda é o lema dos responsáveis da Delegação de Viseu.

Neste momento estamos a enviar a todas as Câmaras destes Distritos uma relação dos deficientes das Forças Armadas de cada Município. Ao mesmo tempo estamos a pedir audiências aos Presidentes, para lhes dar a conhecer a dinâmica da ADFA, não só a nível Regional, bem como a nível Nacional.

No dia três de Março fomos recebidos pelo Sr. Presidente da Câmara do Carregal do Sal, que se manifestou favoravelmente, tendo dado desde logo um apoio sem reservas a todas as considerações que lhe foram expostas.

Aproveitando esta nossa deslocação ao Carregal do Sal, contactámos três médicos para um futuro apoio aos deficientes inseridos não só no concelho de Carregal do Sal, bem como aos dos concelhos limítrofes. Havendo da parte destes uma boa receptividade em relação às propostas colocadas pela Delegação.

Ainda no Carregal do Sal contactámos o Sr. Dr. José Augusto Capelo, digníssimo notário deste concelho, do qual obtivemos um apoio inequívoco no campo jurídico assim como nos franqueou após obras concluídas, a possível instalação de um Núcleo no Carregal do Sal,

nas instalações do rés-do-chão do Cartório Notarial, havendo nesta parte também uma boa receptividade do Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Dr. José Augusto Capelo ao ter conhecimento da existência do Núcleo da Guarda e por ser natural desta Cidade, prontificou-se a acompanhar a Direcção da Delegação nas diligências a fazer na Guarda.

No Carregal do Sal há que louvar a maneira afável e associativa do sócio Victor Manuel Amaral Ferreira Cristo que nos acompanhou e apoiou em todas as diligências feitas no concelho, bem como em vivo espírito associativo, fez questão de ofertar o almoço a todas as Entidades contactadas bem como ao Jorge Carneiro e Jorge Sá, elementos dos Órgãos que representaram a Delegação.

Núcleo da Guarda Aniversário

Estão já abertas as inscrições na Sede da Delegação de Viseu e no Núcleo da Guarda, aos sócios, familiares e amigos, para festejarmos condignamente os Aniversários da ADFA e do Núcleo na Cidade da Guarda.

Temos já também assegurado o transporte dos Associados.

Do apelo feito às Câmaras Municipais, temos já cedidos os Autocarros para esse dia, dos seguintes Municípios: Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Sátão, Mortágua e Castro Daire.

Um protesto

Passados que são catorze anos sobre a criação da ADFA, surgida como polo aglutinador para a defesa dos direitos e anseios dos deficientes militares, é chegada a altura de todos terem a coragem de fazer o balanço do percurso efectuado, sem reboços nem hipocrisias, para que de uma vez por todas se defina quem é quem.

Dito doutra maneira: — Saber quem se tem batido pela defesa dos princípios que presidiram à criação da ADFA, ou quem em nome desses princípios tem contribuído para que cada vez mais tenhamos dentro da mesma Associação, deficientes de primeira, segunda, terceira e outros sem qualquer estatuto.

Em nome de todos os que têm sido sistematicamente esquecidos, traídos e várias vezes usados como moeda de troca por alguns, que quando lhes convém, ousam representar e falar em nome de todos os deficientes militares, aqueles que vergonhosamente esquecem, chegou a altura de dizer basta e exigir que se ponham as cartas na mesa.

Que não nos venham acusar de tentar dividir a Associação, aquela que há muito nos dividiram em nome da unidade e, sempre que há eleições, hipocritamente relegam nos seus programas, timidamente, para última prioridade, os problemas prioritários dos grandes deficientes.

Os mesmos que agora, sempre em nome dos sócios, se preparam mais uma vez, tacitamente, para em forum internacional promovido pela FMAC, estabelecer nova divisão entre deficientes em combate e em campanha, quando o seu dever seria, alertar as instâncias internacionais para a vergonhosa situação de grande parte dos deficientes militares a que as instituições portuguesas teimam em não pôr cobro.

Que não se tenham ilusões! ou se assume a defesa intransigente e prioritária de todos os deficientes até aqui marginaliza-

dos pela ADFA, ou a estes não restará outra saída que organizarem-se, nem que o tenham de fazer autonomamente, para defenderem os seus legítimos direitos.

Se tal vier a acontecer, não teremos problemas de consciência. Isto porque em todos os momentos em que a Associação precisou dos seus associados nós estivemos presentes, mesmo como quase sempre sucedeu, quando o que estava em jogo não nos dizia directamente respeito.

Também não nos venham dizer que não apoiamos, os restantes Deficientes das Forças Armadas. Mas, da mesma maneira que com eles estivemos e estamos solidários, exigimos da sua parte, e não só por palavras, solidariedade para com os nossos direitos. Só assim a ADFA desempenhará o verdadeiro papel que presidiu à sua fundação.

Por tudo isto e porque também pagamos todos os meses as nossas quotas — que são de igual montante às dos restantes sócios — e não temos os mesmos direitos, porque a Associação nos tem sistematicamente esquecido, chegou a altura de dizer — A paciência tem limites!

Mário António Ferreira dos Santos, Sócio n.º 1107 da Delegação de Coimbra.

Nota da Direcção — A carta do associado Mário Ferreira dos Santos ilustra o desespero de muitos dos que não viram ainda resolvida a sua situação apesar dos esforços que — contrariamente ao que afirma — a ADFA sempre tem feito para conseguir uma maior justiça e equidade entre aqueles que representa.

Os sócios têm o direito de criticar. É o caso, embora as suas acusações sejam claramente desmentidas por notícias publicadas nesta e em anteriores edições do ELO e até por notícias de outros órgãos de Comunicação Social — veja-se a reportagem publicada no «Correio da Manhã» a que se alude nesta edição.

JÚLIO BARBOSA

MÉDICO ESPECIALISTA

Doenças aparelho
digestivo

Endoscopia digestiva

POLICLÍNICA S.º DOS REMÉDIOS

Av. 5 de Outubro — Tel. 63 120

5100 LAMEGO

CONSULTÓRIO:

Av. Alberto Sampaio, 81, 1.º-Dt.º — Tel. 22 490

3500 VISEU

CENTRO MÉDICO DA RUA DO CARMO, LDA.

CONSULTAS MÉDICAS, SERVIÇO DE ENFERMAGEM
SIOTERAPIA, CULTURISMO FÍSICO

RAIOS LAZER

HIDROMASSAGEM

SAUNA

BIOTRON

ULTRA-SONS

MICRO-ONDAS

HIDROCOLATER

PARAFINA

INFRA-VERMELHOS

PASSADEIRA ROLANTE

ETC., ETC.

Rua do Carmo, 79-1.º — Telef. 2 54 01 — 3500 VISEU

CATORZE ANOS DEPOIS DA GUERRA DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS COMBATEM POR NOVA LEGISLAÇÃO

Para integrar os marginalizados

CATORZE ANOS DEPOIS DA GUERRA... A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) luta para que os militares deficientes sejam reconhecidos e tenham acesso a benefícios e pensões. A luta é árdua, pois a legislação atual é deficiente e não cobre a maioria dos casos. A ADFA tem conseguido, através de ações judiciais e negociações, obter algumas vitórias, mas ainda há muito a ser feito. O objetivo é garantir que todos os militares deficientes tenham acesso a uma vida digna e possam ser reintegrados na sociedade.

Deficiência e incapacidade... A incapacidade física ou mental decorrente da guerra é uma realidade para muitos militares. No entanto, a legislação atual não reconhece adequadamente esta condição, resultando em dificuldades para obter pensões e benefícios. A ADFA trabalha para mudar esta situação, promovendo a conscientização da sociedade e das autoridades competentes.

Desespero e revolta... Muitos militares deficientes vivem em situação de desespero e revolta devido à falta de reconhecimento e apoio. A luta por uma nova legislação é essencial para garantir que eles não sejam esquecidos e possam ter acesso a uma vida digna. A ADFA continua a trabalhar para mudar esta realidade.



Ele é um dos 4 mil casos 'pendentes'

Desespero e revolta... Muitos militares deficientes vivem em situação de desespero e revolta devido à falta de reconhecimento e apoio. A luta por uma nova legislação é essencial para garantir que eles não sejam esquecidos e possam ter acesso a uma vida digna. A ADFA continua a trabalhar para mudar esta realidade.

Desespero e revolta... Muitos militares deficientes vivem em situação de desespero e revolta devido à falta de reconhecimento e apoio. A luta por uma nova legislação é essencial para garantir que eles não sejam esquecidos e possam ter acesso a uma vida digna. A ADFA continua a trabalhar para mudar esta realidade.

Desespero e revolta... Muitos militares deficientes vivem em situação de desespero e revolta devido à falta de reconhecimento e apoio. A luta por uma nova legislação é essencial para garantir que eles não sejam esquecidos e possam ter acesso a uma vida digna. A ADFA continua a trabalhar para mudar esta realidade.

ADFA vai propor alterações... A Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) vai propor alterações na legislação atual para garantir que todos os militares deficientes tenham acesso a uma vida digna e possam ser reintegrados na sociedade. A ADFA trabalha para mudar esta situação, promovendo a conscientização da sociedade e das autoridades competentes.

Entrevista da DC ao «Correio da Manhã» realça

O combate por nova legislação

O matutino «Correio da Manhã», na sua edição de dia 2 de Março publica uma reportagem da autoria de Leonor Figueiredo (texto) e Marques Valentim (fotos) em que se incluem declarações de elementos da Direcção Central sobre os grande, objectivos actuais da nossa Associação, mormente o dos sócios cuja situação não está ainda resolvida.

Esse trabalho dá ainda conta de dois casos de problemas por resolver: um deficiente sem pensão, Carlos Manuel Pereira, e um pensionista do Lar Militar, Américo Moreira, e das propostas da ADFA a apresentar à V Conferência Internacional sobre Legislação em Bad Ischl, no próximo mês de Abril. Eis algumas das partes mais significativas desse trabalho:

guerra e hoje têm problemas de foro psíquico, difíceis de classificar. Os combates originaram o «stress de guerra», nervos, problemas que só se manifestam anos depois porque «ficaram na massa cinzenta». Estes casos ficaram marginalizados do estatuto de deficiente nas juntas médicas, a quem cabe uma última palavra e onde se assiste a uma certa insensibilidade — sublinha José Arruda, presidente da ADFA (...)

Hoje do ponto de vista profissional 70 por cento dos deficientes conseguiu estabilizar, embora 30 por cento se encontrem ainda «desempregados», vivendo da pensão atribuída, que varia consoante o grau de incapacidade. São chefes de família, com filhos adolescentes e adultos, muitos deles com problemas de integração na família, como se pertencessem à 3.ª idade — revela-nos Armando Alves.

Segundo estimativas da ADFA os seus associados dividem-se equitativamente entre a cidade e o campo. Os deficientes profundos residem porém, nos grandes centros urbanos, dado que necessitam de tratamento médico regular. Na área dos serviços estarão integrados cerca de

30 por cento, igual percentagem estabeleceu-se por conta própria e, entre 10 e 20 por cento, regressaram às aldeias, dedicando-se à agricultura, ficando os restantes sem ocupação.

personagens vivas dessa história. Somos credores por parte da Nação de um reconhecimento digno. As questões ideológicas estão fora das nossas preocupações...

Porque consideramos a sociedade e o Estado têm ainda muito para demonstrar esse reconhecimento, a ADFA quer que a sua voz seja ouvida e reclama um outro estatuto: a participação no Conselho Nacional de Reabilitação, em pleno direito, como parceiros sociais.

Temos muitos casos de deficientes que posteriormente tiraram cursos — adiantam os responsáveis da associação — de advocacia, professorado, medicina, economia e estão também em actividades como artesanato, tipografia e relojoaria.

O presidente da ADFA alerta para o grupo que não usufrui qualquer remuneração por a doença ou os ferimentos terem acontecido fora de «terreno militar». Há casos de indivíduos que ficaram deficientes, por exemplo, quando saíram do quartel ou em outro local; não estavam em emboscadas, não foram apanhados por qualquer mina, mas estavam «lá». Houvesse ou não inimigo, eles deviam ter os mesmos direitos que eu tenho — frisa.

E ao grupo destes «marginalizados» um outro se junta. Trata-se de uma centena de portugueses negros, na sua esmagadora maioria oriundos da Guiné, que aguardam qualificação como deficientes civis das Forças Armadas. Alguns destes enquadrados, mas pensamos que em breve se poderá resolver o problema, pois a Secretaria de Estado mostrou-se empenhada.

Os antigos combatentes mostram-se frustrados porque alegam que, ao contrário do que acontece em outros países — e citam a França e os EUA — Portugal não demonstrou reconhecimento pelo que fizeram.

É caricato. Ainda somos ignorados porque nos associamos a uma guerra e a um regime, ao qual estivemos alheios. Muitos de nós discordavam da guerra mas combateram. A história terá que ser assumida, no seu todo e a Nação não pode ignorar ou apagar parte dela. Os deficientes são

Aproxima-se uma nova etapa na vida da Associação dos Deficientes das Forças Armadas: por um lado, a criação de uma nova sede, no Lumiar, junto ao Lar Militar e, para a qual receberam já 10 mil contos do Ministério da Defesa Nacional. Por outro lado, também a criação, através do decreto lei 46/88 de 11 de Fevereiro de uma Direcção-Geral de Pessoal e Infra-estruturas do Ministério da Defesa, que funcionará como um órgão interlocutor.

Acolhemos esta medida com grande satisfação porque podemos agora colocar os nossos problemas. Temos uma estrutura como quem dialogar. Conseguimos alcançar alguns objectivos, direitos, mas há ainda injustiça. O que quer dizer, claro, que esta «guerra» ainda não terminou.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

VISEU		SEDE	
SEGUNDAS:	Clínica Geral / Dr. Jorge Silva Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso	15.30 h. 17 horas	CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito
TERÇAS:	Gastroenterologia / (EXAMES) / Dr. Júlio Barbosa Ortopedia / Dr. Idália Braguês da Costa Clínica Geral / Dr. Jorge Silva	14 horas 15 horas 15.20 h.	
QUARTAS:	Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso Clínica Geral / Dr. Jorge Silva	17 horas 15.20 h.	PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença
QUINTAS:	Ortopedia / Dr. Idália Braguês da Costa	15 horas	
SEXTAS:	Psiquiatria / Dr. José Luís Clínica Geral / Dr. Jorge Silva Clínica Geral / Dr. António Jorge Barroso	14 horas 15.30 h. 17 horas	FISIATRIA E TERAPIA FÍSICA OSTEOPATIA: Dr. Borges de Sousa
SÁBADOS:	Clínica Geral / Dr. António José Namorado	10 horas	
Os Associados devem marcar antecipadamente a consulta na Delegação ou através do telefone 27645.		PSICOLOGIA: Antónia Maria Fernandes Edite Saraiva	
		Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede	
		Terças-feiras, às 12 horas, na Sede	
		Consulta e tratamento, quartas e sextas-feiras, das 10 às 13 horas	
		Quartas e sextas-feiras às 10 horas	
		Segundas e quartas-feiras às 10 horas Segundas, das 15 às 17 horas	

Núcleo de Peniche organiza Grande Prémio desportivo



O Núcleo de Peniche, com o apoio da Câmara Municipal respectiva, vai levar a efeito nos dias 9, 10, 11 e 12 de Junho, o II Grande Prémio de Desporto para Deficientes em que, além de atletas nacionais, participarão igualmente desportistas deficientes da Alemanha Federal e da vizinha Espanha.

Constam do programa provas de basquetebol em cadeira de rodas, ténis de mesa, natação e uma prova de estrada para atletas deficientes dos membros inferiores, disputada em cadeira de rodas num percurso de cerca de 10 quilómetros. Esta prova, que contará com a participação dos atletas espanhóis e alemães-federais deverá de resto ser incluída futuramente com carácter regular no calendário anual de provas da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Para a realização deste II Grande Prémio de Peniche foram solicitados apoios à Delegação de Leiria da Direcção Geral dos Desportos, à Associação Distrital de Natação de Leiria e à

Associação de Ténis de Mesa das Caldas da Rainha.

Núcleo de Peniche: um bom trabalho
De realçar que para o Núcleo de Peniche, que

iniciou a sua actividade em 25 de Abril de 1986, esta será já a terceira iniciativa de envergadura — desta feita internacional — promovida em apenas dois anos de existência. Além da excelente colaboração conseguida do Poder Autárquico, que vem dando uma colaboração a todos os títulos preciosos, o Núcleo

de Peniche manifesta assim mais uma vez a sua determinação em dar a conhecer a verdadeira dimensão e capacidade das pessoas deficientes à demais população do seu concelho.

Parques de estacionamento

A vila de Peniche vai passar a contar em breve com três parques de estacionamento para pessoas deficientes.

Mais uma vez o núcleo de Peniche, preocupado com a situação das pessoas deficientes da sua área, se movimentou para obter melhorias.

O pedido foi oficializado através de um documento enviado à Câmara e tudo indica que um dos parques de estacionamento será localizado ao pé da escola, e outro junto aos Correios.

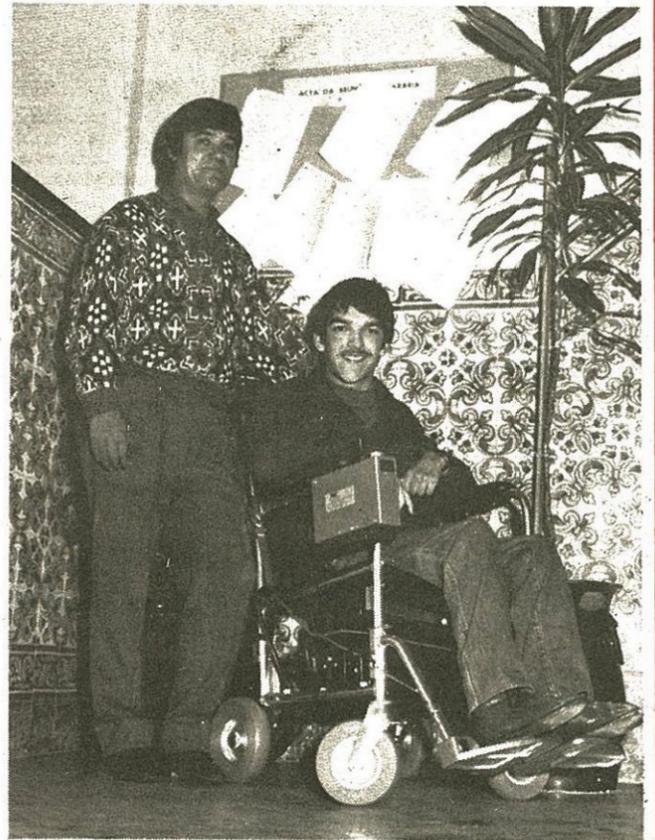
Um acto de Solidariedade

O núcleo de Peniche procedeu à entrega de uma cadeira de rodas motorizada a um jovem com paralisia cerebral, adquirida mercê da

colaboração da população de Peniche, do Centro Regional de Segurança Social de Leiria, da Câmara Municipal daquela vila e ainda dos pais do interessado.

Trata-se do Rui João de Almeida de 16 anos de idade, a frequentar o 7.º ano de escolaridade na Escola Secundária de Peniche.

A cadeira motorizada foi entregue na presença das autoridades municipais na pessoa do presidente da Câmara, um elemento da Equipa Transdisciplinar de Apoio à Criança (E. T. A. C.), ainda a rádio local e o Jornal «Voz do Mar».



Rehabilitation International apoia propostas da ADFA

O vice-presidente para a Europa da Rehabilitation International, Coronel Vilalobos Vieira esteve presente na Sede da ADFA, na segunda-feira, dia 21 de Março, tendo participado numa primeira reunião preparatória da V Conferência Internacional sobre

Legislação que a Federação Mundial de Antigos Combatentes (FMAC) vai realizar em Bad Ischl (Áustria) no próximo mês de Abril. Vilalobos Vieira comunicou-nos durante este encontro que as quatro propostas a apresentar nessa reunião internacional pela ADFA

contarão com o apoio da Rehabilitation International, facto que, naturalmente, muito nos satisfaz.

Esta reunião, é apenas a primeira de uma série que irá ter lugar entre os vários participantes portugueses na V Conferência, prevendo-

-se que, em breve, seja possível reunir todos os representantes do nosso País nesse acontecimento, nomeadamente os do Ministério da Defesa Nacional, Estado Maior do Exército, Secretariado Nacional de Reabilitação, além da Rehabilitation International e da ADFA.

